

Emerson Nogueira
Santana

Camisas-verdes em marcha no solo mineiro

A pouca atenção dada até agora pela historiografia às atividades da Ação Integralista Brasileira em Minas Gerais começa a ser reparada com a abertura dos arquivos da polícia política, que teve os integralistas como alvo de sua vigilância.

 O acervo documental da polícia política de Minas Gerais, recentemente aberto ao público, representa fonte inédita de pesquisa para a história republicana brasileira. Composto por cerca de 250.000 imagens de documentos digitalizados permite o estudo de várias temáticas deixadas de lado pela historiografia, provavelmente devido à escassez de fontes primárias. Uma dessas lacunas se evidencia pela inexistência de pesquisas de fôlego maior sobre o movimento integralista em Minas Gerais. Um artigo de Grossi e Faria¹ sobre a relação entre operários e integralistas em Belo Horizonte é o único trabalho publicado especificamente voltado para a análise do integralismo em terras mineiras.

O presente artigo resultou de uma imersão na documentação do Dops/MG em busca de fontes para a história do integralismo em Minas Gerais. É fruto de uma primeira viagem através de registros documentais acumulados pela polícia política durante o período compreendido entre 1927 e 1979. Pretende-se aqui demonstrar a relevância dessa fonte histórica, no intuito de instigar a pesquisa sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e o Partido de Representação Popular (PRP), duas organizações políticas de orientação integralista.

Deus, pátria e família

A história do integralismo está intrinsecamente vinculada ao movimento político de influência fascista denominado Ação Integralista Brasileira (AIB). Criada em 1932, inicialmente sem pretensões eleitorais, alguns anos depois a AIB se tornaria um partido político de massas. Para Trindade, o marco interno de referência que explica o surgimento da Ação Integralista Brasileira é a Revolução de 1930. “Desde a origem do movimento até sua dissolução, persistiu uma ambigüidade básica na relação entre o integralismo e a nova elite política emergente no após 30.” (TRINDADE, 1979, p. 278).

Se por um lado a situação política interna proporcionou as condições para ascensão de pensamentos autoritários e antiliberais, por outro, a ideologia, o estilo de organização hierarquizada, a importância da figura do chefe e o ritualismo do movimento não podem ser explicados sem considerar a influência do fascismo europeu.

Não pretendemos afirmar que o integralismo tenha sido exclusivamente fruto de um mimetismo ideológico (a tradição do pensamento político autoritário brasileiro contribuiu também decisivamente para formação da doutrina), mas a influência do fascismo europeu foi, sem dúvida, crucial na configuração da AIB enquanto movimento político. (TRINDADE, 1979, p. 278).

A Ação Integralista Brasileira pretendeu arregimentar as massas em torno do objetivo declarado de promover a independência e o desenvolvimento do Brasil. Em seu primeiro manifesto público dirigido à nação brasileira, especialmente aos operários, homens de cultura, jovens e às Forças Armadas, a AIB se apresentou como um movimento social e político em defesa dos interesses do povo brasileiro. Seus líderes se diziam favoráveis à construção de um Estado forte, capaz de reorganizar a nação, colocando-a no rumo do progresso técnico-científico e promovendo a elevação moral dos brasileiros. Declaravam-se, ainda, anticomunistas e contrários ao cosmopolitismo e aos regionalismos.

O lema difundido – “Deus, Pátria e Família” – fazia alusão ao papel da família como base da organização social, indispensável à defesa dos valores e da moral cristã. Os integralistas se identificavam como soldados de Deus e da pátria em defesa da família, da moral, das tradições e dos bons costumes.

A expansão do movimento

Com o objetivo de concretizar a chamada “Revolução do Espírito”, o integralismo foi apresentado ao povo em forma de uma doutrina política capaz de enfrentar e sanar os problemas nacionais. A AIB utilizou símbolos, rituais, jornais, revistas, panfletos, cartazes, palestras e sessões doutrinárias como veículos de propagação de seu ideário político. Seus membros fundaram várias escolas, iniciaram a formação de uma milícia armada e desenvolveram atividades de assistência social.

Durante os primeiros anos de sua existência, a AIB teve maior liberdade de ação. Seus integrantes iniciaram sua marcha pelo Brasil, difundindo a doutrina do sigma² e conquistando novos adeptos. Sempre se opondo ao liberalismo e combatendo a “ameaça comunista”, o movimento cresceu arregimentando grande número de militantes. A AIB atingiu o auge de sua atuação política no ano de 1936, que ficou conhecido como o “ano verde” – numa alusão à camisa verde,³ peça principal da indumentária adotada pelos militantes.

De junho a setembro, daquele ano, o número de membros e de simpatizantes da AIB dobrou, ultrapassando a casa do milhão, e os núcleos integralistas locais multiplicaram-se. Nas eleições municipais, os integralistas conseguiram 250 mil votos, elegendo 500 vereadores e 24 prefeitos. (CHAUI, 1978, p. 102)

A derrocada dos “Verdes”

Se o ano de 1936 foi de expansão do movimento integralista, trazendo a esperança de unificação da nação em torno de seus objetivos políticos e sociais, logo teria início a sua queda. Em 1937, após a promulgação do Estado Novo, houve a cassação dos registros dos partidos políticos nacionais, dentre eles a AIB. Foi um

momento de decepção e lamentos, pois os integralistas haviam apoiado o presidente Getúlio Vargas durante sua caminhada política. As lideranças do movimento reagiram à inclusão da AIB no rol das siglas partidárias extintas, mas não adiantou protestar. A polícia executou diligências para fechamento dos núcleos integralistas e apreensão de todo material “comprometedor” encontrado em poder dos militantes.

No ano seguinte a AIB sofreria outro golpe. Após o fracassado atentado contra o presidente Vargas, que ficou conhecido como o *putsch* integralista de 1938, os partidários do sigma foram violentamente reprimidos pela polícia política. Os mais radicais foram presos. As lideranças integralistas foram para o exílio. Muitos militantes abandonaram o movimento. Os que continuaram defendendo a ideologia do sigma foram perseguidos pela polícia política do Estado Novo. O integralismo entrou em decadência enquanto doutrina política. Nunca mais conquistaria o prestígio alcançado em meados da década de 1930.

Uma relação ambígua

Excetuando-se, talvez, os dois primeiros anos logo após a criação da AIB, enquanto ela ainda estava se organizando e teve maior liberdade de ação, pode-se dizer que a relação entre a polícia política e a Ação Integralista Brasileira foi pautada por ambigüidade e desconfiança. Se, por um lado, os integralistas foram tratados como agitadores, por outro, alguns policiais manifestaram simpatia pelo movimento, chegando a fazer parte de seus quadros.

Delegados e agentes de polícia de cidades do interior, muitas vezes atuando de maneira arbitrária e em defesa de outros grupos políticos, aproveitaram todas as chances que tiveram para combater as ações dos “verdes”. Fecharam núcleos da AIB e prenderam militantes, interrompendo manifestações públicas e atividades de propaganda. Os integralistas não deixaram por menos.

Recorreram às instâncias superiores da polícia e, até mesmo, à Justiça. Na maioria das vezes, conseguiram resgatar seus direitos políticos. Isso porque, mesmo durante o estado de guerra, declarado após a “Intentona” comunista de 1935, foi mantida a permissão para a realização de reuniões e eventos internos pelos partidos e organizações políticas, desde que as ações previstas fossem previamente comunicadas às autoridades.

A retomada da ideologia

O Partido de Representação Popular (PRP) foi criado por Plínio Salgado, em setembro de 1945, logo após sua volta do exílio, com o intuito de retomar os valores e ideais integralistas. Foi a maneira encontrada pelo antigo líder para dar continuidade à batalha interrompida pelos acontecimentos de 1937 e 1938. Cabe dizer que o PRP não caracterizou uma continuidade da Ação Integralista Brasileira, nem fez uso da mesma estratégia política daquele movimento. Foi, contudo, uma retomada da ideologia integralista por outros meios, com o objetivo de participar do pleito eleitoral e obter espaço para influenciar as decisões políticas no período democrático.

Plínio Salgado tentou atrair as antigas lideranças e militantes integralistas para o novo partido. No entanto, nem todos se inscreveram e a legenda não obteve o sucesso alcançado anteriormente pela Ação Integralista Brasileira. Apesar do carisma de Salgado, o PRP foi um partido político modesto. Mesmo não tendo se firmado como uma das principais siglas políticas no período de sua existência, o PRP participou ativamente das eleições, conferindo sobrevida à ideologia integralista. Em 1955, lançou a candidatura de Plínio Salgado para a Presidência da República, angariando cerca de 8% dos votos. As maiores vitórias do partido foram as eleições de Salgado para a Câmara dos Deputados em 1958, pelo Estado do Paraná, e em 1962, por São Paulo.⁴

Além de disputar eleições, o PRP se inseriu na política nacional por meio do combate ao comunismo, o que era de se esperar, tendo em vista a orientação ideológica do partido. A legenda foi extinta, juntamente com os demais partidos brasileiros, em outubro de 1965, através do segundo Ato Institucional (AI-2) promulgado pelo governo militar.

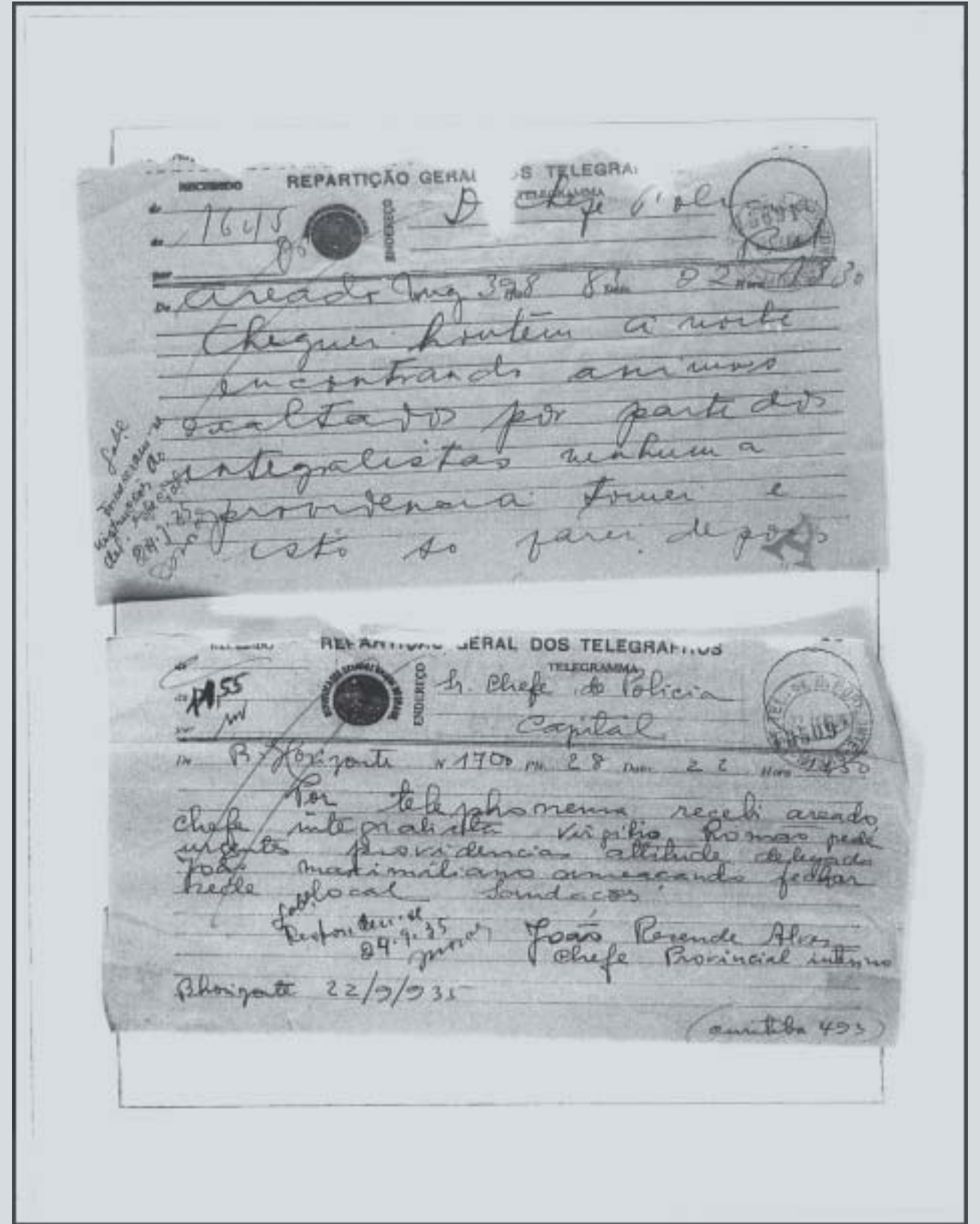
A formação do acervo

Durante a década de 1930, momento de maior militância integralista, o Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – Dops/MG ainda não existia, pelo menos com essa denominação. O serviço estadual de polícia política remonta ao ano de 1927, quando da criação da Delegacia de Segurança Pessoal e de Ordem Política e Social. Quatro anos depois de sua criação, a delegacia sofreu modificações e o serviço de polícia política passou a ser responsabilidade do órgão denominado Delegacia de Ordem Pública (DOP), assim permanecendo até a criação do Dops/MG.⁵ Isso explica o fato de a maior parte da documentação referente ao integralismo presente no acervo ter sido acumulada pela Delegacia de Ordem Pública.

Essa delegacia tinha como principais atribuições zelar pela integridade política e segurança interna da República, garantir, por meios preventivos, a manutenção da ordem, além de vigiar quaisquer manifestações públicas e ações de indivíduos perturbadores da ordem. No desempenho dessas funções, os investigadores mantinham sob vigilância permanente os integrantes de organizações classificados como perigosos para o regime estabelecido.

Assim, sob o pretexto de manter a ordem política e social, cabia à polícia exercer um controle permanente sobre todos os grupos e indivíduos que estivessem em condições de organizar e incentivar a deflagração de passeatas, greves, revoluções e atentados políticos. Com o

Correspondência policial. Telegramas sobre o movimento integralista em Areado, MG, setembro de 1935. Coleção Dops, tolo 064. Pasta 4499, Imagem 2078. Arquivo Público Mineiro.



argumento de livrar o país dos “fatores de desagregação”, conferia-se à polícia o direito de agir preventivamente contra partidos políticos, associações de trabalhadores, estudantes, jornalistas, sindicalistas, estrangeiros etc.

A vigilância das ações dos integralistas resultou na produção de considerável volume de relatórios e correspondências policiais sobre o movimento. A polícia foi um excelente auxiliar de pesquisa, coletando e garantindo a permanência de registros documentais de um passado ainda pouco conhecido. A dedicação policial durante a atividade investigativa, somada ao zelo na guarda da documentação apreendida, nos legou grande volume de informações sobre a trajetória do integralismo em Minas Gerais.

Registros documentais

A documentação que se encontra no acervo documental proveniente do Dops/MG, atualmente sobre a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM), é rica e diversificada. Sua utilização em novas pesquisas permitirá a reconstrução de um cenário político no qual o integralismo esteve inserido como uma das peças principais. Para facilitar a compreensão do acervo, podemos dividir a documentação em dois grandes grupos: documentos produzidos pela polícia e documentos produzidos pelos integralistas.

A documentação produzida pela polícia política é constituída por ofícios, telegramas, ordens de serviços, relatórios de investigações, registros de ocorrências e diligências, cartas de agentes policiais, listas de integrantes da AIB, listas de material apreendido, atestados de antecedentes criminais, termos de apreensão, depoimentos de presos políticos e testemunhas, recortes de jornais diversos.

Os documentos produzidos pelos integralistas, em sua maioria, foram apreendidos pela polícia após o fechamento

dos núcleos da AIB, entre 1937 e 1938. São carteiras de identidade partidária, listas de militantes, listas de livros, folhetos e jornais do núcleo nacional da AIB, jornais produzidos em núcleos municipais e distritais, panfletos políticos, volantes, cartazes, fotografias, boletins de estatística dos núcleos, comunicados, cadernetas e exames aplicados em escolas integralistas, cartas e anotações pessoais de militantes.

A maior parte da documentação encontrada foi produzida pela Delegacia de Ordem Pública no desempenho de sua atividade investigativa, ou apreendida após o fechamento dos núcleos da AIB. Alguns documentos que não se classificam nesses dois grupos são, no entanto, em menor quantidade. Trata-se de cartas com denúncias anônimas, material de propaganda de conteúdo anti-integralista, documentos do Poder Judiciário, documentos de empresas e instituições públicas diversas.

A seguir relacionamos alguns tipos documentais mais frequentes, para efeito de ilustração da riqueza de conteúdo do acervo. Procuramos, assim, apontar caminhos possíveis para a realização de pesquisas inéditas sobre o integralismo em Minas Gerais. Análise mais criteriosa e aprofundada dos documentos fica para futuras investidas no terreno da escrita histórica.

Correspondência policial

Vários tipos de correspondência policial sobre o integralismo fazem parte do acervo. São ofícios, cartas e telegramas trocados entre órgãos policiais, relatando fatos alusivos à militância integralista no Estado. Esses documentos revelam a visão policial sobre os integralistas e suas ações. Constantemente, delegados do interior escreviam para a chefia da polícia na Capital, descrevendo acontecimentos e pedindo orientações para empreender a ação repressiva.

São documentos importantes para a compreensão dos temores da polícia e das classes dirigentes em relação aos integralistas. Investigadores faziam o controle dos “verdes”, sobretudo de suas manifestações públicas e ações de formação da milícia armada. Em ofício do dia 2 de maio de 1937, o delegado especial do município de Areado faz a seguinte comunicação ao chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais:

Em aditamento ao meu radiograma de hoje, informa a V. Excia, que o Prefeito do Município [...] que é atualmente o chefe municipal da Ação Integralista, nesta Cidade, hoje às 8 horas, seguiu com cento e tantos integralistas para um campo, retirado desta Cidade cerca de um quilômetro, mais ou menos, onde se instalaram para receberem instrução militar.⁶

Em seguida, o delegado relata como foi a abordagem do grupo e quais foram as providências tomadas, uma delas a intimação do prefeito municipal para depor na delegacia. Aproveitou para comunicar que eram cada vez mais frequentes as visitas de mensageiros integralistas vindos do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Bahia. “Esses mensageiros estão de ordem do chefe nacional, confabulando e dando instruções secretas aos núcleos do interior”.⁷ Pede, também, instruções para agir “dentro do direito e da ordem” em relação ao movimento integralista, demonstrando insegurança quanto à atitude repressiva que deveria tomar.

Como partido político legalizado, a AIB não aceitava abusos de poder por parte das autoridades. Nesses casos, recorria aos superiores, causando um constrangimento às autoridades locais, uma vez que, geralmente, essas tinham de reconhecer o erro e voltar atrás em suas atitudes arbitrárias. No mesmo ofício, aparece ainda outra preocupação do delegado local: “Sendo o núcleo desta cidade um dos maiores do Estado, acho que o destacamento policial local é impotente – composto de quatro

praças apenas – para manter a ordem pública, no caso de haver um levante integralista.”⁸

Esses escritos policiais nos permitem, ainda, estudar as ações de combate político e de doutrinação planejadas e executadas pelos integralistas. As manifestações públicas como palestras, marchas e visitas de lideranças regionais e nacionais eram especialmente vigiadas. Em 29 de agosto de 1936, o investigador enviado ao município de Três Corações relatava: “Apurei que deverão chegar naquela cidade a 11 de setembro próximo, para uma concentração a 12, os senhores Plínio Salgado, Gustavo Barroso e outros.”⁹ A presença de Salgado e Barroso era motivo de preocupação especial para as autoridades, pois significava aglomeração de militantes integralistas.

Recortes de periódicos

Uma das maneiras utilizadas pela Delegacia de Ordem Pública para controlar a ação dos integralistas consistia em recortar e colar em folhas de papel, carimbadas e datadas, notícias publicadas em jornais e revistas, fossem elas da imprensa independente ou da própria organização política. Era uma espécie de controle político através da informação jornalística. São fragmentos que nos informam sobre eventos integralistas – marchas, palestras, visitas de lideranças nacionais etc. –, confrontos com outros grupos políticos e ações policiais.

Matérias sobre a repressão policial ao integralismo tinham espaço garantido nas páginas iniciais de periódicos da imprensa integralista. As investidas da polícia contra os camisas-verdes rapidamente eram interpretadas e divulgadas como fruto de perseguição política de autoridades simpatizantes do comunismo.

Em Minas Gerais, como em toda a parte do Brasil, a violência criminosa com que a política perseguia os camisas-verdes só encontra

paralelo na campanha de atentados e chacinas com que os comunistas tentam impedir a marcha triunfal do sigma. [...] é a história dolorosa de uma autoridade policial que se põe a serviço dos politiquinhos despeitados e dos comunistas agentes do Komintern para desgraçarem o Brasil o mais depressa possível, de modo a que ele não ofereça resistência ao domínio soviético.¹⁰

Por outro lado, a imprensa independente ou partidária de outras siglas também reservava páginas de seus periódicos para o ataque aos integralistas. Em 1938, foi noticiado para os brasileiros, em artigo intitulado “Doutrina de ferro em brasa”, que os integralistas de Juiz de Fora, na esperança de uma vitória política, “havia forjado um ferro idêntico aos que se usam para a marcação do gado, na premeditação de com ele estigmatizarem seus adversários da véspera”.¹¹ Para o jornalista, não havia dúvidas de que o ferro com o desenho do sigma seria utilizado em seres humanos, o que foi interpretado como uma prova do “requinte da perversidade integralista”. A possibilidade de o ferro ter sido cunhado por algum fazendeiro integralista para marcar seu gado foi imediatamente refutada.

Listas de nomes

Encontramos no acervo listas de nomes em vários formatos, algumas produzidas pela polícia e outras elaboradas pelos integralistas. São listas de investigados, de militantes, de simpatizantes, de eleitores etc. Essas listas podem ser muito úteis para o mapeamento do movimento integralista em Minas Gerais. Além de servir para a quantificação do número de integrantes de cada um dos núcleos municipais e distritais da AIB, trazem informações complementares.

Algumas listas registram a idade dos integrantes e o lugar que ocupam no movimento: plinianos, blusas-verdes,

camisas-verdes, chefes etc. Outras foram organizadas de modo a identificar a profissão de cada um dos militantes ou simpatizantes. Essas listagens permitem a realização de pesquisas sobre o perfil social do movimento e o grau de penetração do integralismo em cada uma das classes profissionais e faixas etárias anotadas.

Correspondência integralista

A troca de informações entre os integrantes da Ação Integralista Brasileira era feita por cartas, ofícios, circulares, bilhetes e telegramas. São documentos imprescindíveis para a compreensão da forma de organização do movimento e a percepção das estratégias de ação e difusão ideológica utilizadas pelos integralistas. Essas comunicações, geralmente, eram feitas em papel timbrado, que trazia a identificação do núcleo emissor do documento e um mapa do Brasil com o sigma sobreposto. As cartas, ofícios e circulares da AIB eram encerrados com o lema “Pelo Bem do Brasil, Anauê!”, seguido da assinatura do remetente.

Em relação à organização política, a AIB contava com um departamento próprio de polícia, cuja atribuição era controlar seus adversários políticos. Correspondência de fevereiro de 1936 revela aspectos do funcionamento da polícia integralista em Minas Gerais, como, por exemplo, quem deveria ser controlado:

I. Os comunistas existentes nesta cidade – os principais – já foram fichados por este Departamento, cujas fichas já vos foram remetidas, as de Ns. 1, 2, 3 e 4, estando este último fichado ausente desta cidade, em gozo de férias. II. Quanto aos maçons informo-vos que aqui não há loja, o que dificulta descobri-los. Cogitou-se uma vez de sua fundação; investigando consegui apurar que eram elementos de fora, de outra cidade e que já tinham se retirado sem realizarem

seu intento. Estiveram nesta cidade apenas um dia, o que impediu que fossem identificados por este DMP. III. Judeus temos dois aqui, dos quais enviar-vos-ei fichas em tempo oportuno, não o fazendo agora por não estarem completas.¹²

Os departamentos municipais da polícia integralista tinham como atribuição fichar as lideranças de partidos políticos, organizações sociais e sindicatos de orientação ideológica entendida como contrária aos valores do sigma. Apesar de o anti-semitismo não ser um dos assuntos predominantes nas cartas integralistas, os judeus às vezes aparecem como alvo de investigações. Prosseguindo a leitura, percebemos, ainda, que a polícia integralista utilizava as mesmas técnicas consagradas na polícia do Estado, como a infiltração para a investigação de organizações e sindicatos.

V. Quanto aos sindicatos, há o dos “Ferroviários da E. F. Sul de Minas” e dos “Operários de Construção Civil”. Estou providenciando minha inscrição no dos ferroviários, como ferroviário que sou, poderei então informar com exatidão o tópico V de vossa circular. Acrescento, entretanto, que eles não tiveram influência alguma na fundação da A.N.L., pois que aqui não foi fundado núcleo.¹³

Também encontramos cartas e ofícios do Partido de Representação Popular (PRP). Em 1954, o presidente do Diretório Municipal de Belo Horizonte comunicava ao delegado de Ordem Pública a realização de “comícios de divulgação doutrinária contra o comunismo e a dissolução dos costumes”, em vários bairros da Capital. Pedia, ainda, “as providências necessárias à manutenção da ordem, evitando, destarte, a perturbação dos trabalhos pelos inimigos da Pátria”.¹⁴ O Partido de Representação Popular compartilhava com a polícia do Estado uma preocupação crescente com a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Periódicos integralistas

Os jornais e boletins tinham a função de atualização da doutrina por meio da propagação de textos e reportagens que interpretavam a conjuntura política nacional e os problemas locais de acordo com a ideologia integralista. Pelo jornal, os camisas-verdes eram informados das mudanças de estratégia do movimento. Além de publicar os textos e manifestos das lideranças nacionais, as edições traziam notas e reportagens elaboradas por lideranças municipais, que tratavam da situação do movimento em municípios e distritos onde havia núcleo da AIB instalado.

Alguns exemplares de jornais integralistas podem ser consultados no acervo do APM. Os seguintes títulos já foram encontrados: *Brasil Novo* (São João Del Rei), *O Sigma* (Juiz de Fora), *Aço Verde* (Santa Rita do Sapucaí), *A Voz da Raça* (Passa Quatro), *O Integralista* (Carangola). Infelizmente são números esparsos, e alguns não propiciam uma boa leitura, mas com um pouco de dedicação é possível extrair muitas informações sobre o movimento.

Panfletos políticos

Panfletos vêm sendo utilizados, há algum tempo, como fonte para a história política. O estudo do pensamento político, por exemplo, não se faz mais apenas com base nos livros de grandes pensadores e escritores. Percebeu-se que os panfletos produzidos pelos partidos e movimentos políticos durante seus trabalhos de difusão ideológica estão carregados de significados.

Para Bernard Bailyn, a grande vantagem dos panfletos como fontes para o estudo das ideologias políticas é que eles

revelam não meramente posições tomadas, mas as razões pelas quais as posições foram tomadas;

revelam motivo e entendimento: as suposições crenças e idéias – a visão de mundo articulada – que estavam por trás dos eventos manifestos da época. (BAILYN, 2003, p. 15)

Panfleto integralista do núcleo municipal de Juiz de Fora é exemplar nesse sentido. Intitulado “O que é o integralismo”, lista lemas e objetivos (numerados de 1 a 19) da luta integralista, enquanto apresenta o movimento para a sociedade.

- 1. O lema do Integralismo é DEUS, PÁTRIA e FAMÍLIA.
- 2. O Integralismo declara-se espiritualista contra o materialismo que vem dissolvendo todas as forças vivas da Pátria.
- 3. Dentro desse critério, o Integralismo respeita a liberdade de consciência e assegura a liberdade religiosa.
- 4. O Integralismo prega a revolução interior do homem procurando orientá-lo para seus altos desígnios na vida. [...]
- 10. O Integralismo não é ditadura, é democracia baseada nos valores espirituais e materiais da Nação.¹⁵

Em seguida, o mesmo panfleto revela visões dos integralistas sobre seus adversários políticos. À medida que lista os motivos pelos quais comunistas e liberais são considerados seus adversários, tenta convencer a população dos perigos eminentes que só podem ser evitados por eles mesmos, os “soldados de Deus, da Pátria e da Família”.

- 17. O Integralismo é contra a doutrina liberal porque esta tem por base o individualismo, dividindo a Nação e quebrando a sua unidade.
- 18. O Integralismo é contra o liberalismo porque este prepara a Sociedade para o Comunismo.
- 19. O Integralismo é contra o Comunismo porque este nega Deus, não reconhece a Pátria e destrói a Família.¹⁶

Os panfletos da AIB são fontes privilegiadas para o estudo da ideologia integralista. Trazem mensagens específicas para cada tipo de interlocutor: ferroviários, operários, trabalhadores rurais, católicos, donas de casa, pais de família etc. Permitem conhecer os argumentos usados na doutrinação e arregimentação de novos militantes. Portadores de mensagem simples e direta, às vezes virulenta, os panfletos são veículos de formulação e difusão de representações sobre uma organização política, seus oponentes e a sociedade como um todo.

Considerações finais

Todo esse acervo documental sobre o integralismo encontra-se disponível em um sistema informatizado de pesquisa na sede do Arquivo Público Mineiro (APM). São mais de 300 pastas de documentos os mais diversos, que tratam das trajetórias da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do Partido de Representação Popular (PRP), duas organizações de orientação integralista que atuaram – entre 1932 e 1964 – em todo o território nacional.

Essa documentação nos permitirá compreender melhor como os mineiros se inseriram nesse movimento político de amplitude nacional. Os registros documentais sobre o integralismo acumulados pelo Dops/MG são fundamentais para a elucidação de algumas questões que aguardam respostas: que grupos sociais participaram do integralismo em Minas Gerais? Como o movimento se organizou? Que cidades e regiões tiveram mais militantes? Qual foi a relação entre a Igreja Católica e o integralismo no Estado? Como se deu a difusão do imaginário integralista em Minas Gerais? Quais as estratégias de ação política e doutrinação ideológica utilizadas? Enfim, por que tantos brasileiros abraçaram e defenderam a ideologia do sigma?

Notas |

1. GROSSI, Ionne de Souza; FARIA, Maria Auxiliadora. Em Belo Horizonte operários vestem camisas verdes? *Revista 100 Anos de República*, Belo Horizonte, Dep. de História/ Dep. de Ciência Política/ Fafich/ UFMG, v. 3, 1990, p. 151-170.

2. A Ação Integralista Brasileira adotou o *£* (sigma) como símbolo máximo do movimento. Letra do alfabeto grego, correspondente ao S latino, o *£* carrega o significado de soma, é o símbolo do cálculo integral. Sobre a simbologia integralista ver: BERTONHA, João Fábio. A Máquina simbólica do integralismo: controle e propaganda política no Brasil dos anos 30. *História & Perspectivas*. Uberlândia, v. 7, 1992, p. 87-110.

3. O uniforme é de suma importância para a compreensão de organizações de inspiração fascista como a AIB. Informa-nos sobre o modo hierarquizado e militarizado de apresentação desse tipo de organização política e carrega uma relação direta com o objetivo declarado de unificação e homogeneização das massas. A camisa verde tornou-se um dos símbolos mais importantes para a militância integralista, era vestida com orgulho pelos seus adeptos. Numa comparação direta com o fascismo italiano, cujos componentes eram denominados “camisas-pretas”, os integralistas da AIB ficaram conhecidos como os “camisas-verdes”.

4. Sobre a trajetória política de Plínio Salgado e sua participação nas eleições para o legislativo e o executivo, ver: BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro - pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

5. Sobre a trajetória da polícia política de Minas Gerais, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá *et al.* República, política e direito à informação: os arquivos do Dops/MG. *Varia História*. Belo Horizonte, UFMG / Dep. de História, v. 29, p. 126-153, 2003.

6. APM/Fundo Dops/Rolo 064 - Pasta 4499, imagens 2040 e 2041.

7. *Idem*.

8. *Idem*.

9. APM/Fundo Dops/Rolo 066 - Pasta 4560.

10. Recorte do jornal integralista *A Offensiva*. Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1937. APM/Fundo Dops/Rolo 064 - Pasta 4496, imagem 1681.

11. Recorte do jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1938. APM/Fundo Dops/Rolo 068 - Pasta 4704, imagens 1763 e 1764.

12. Correspondência enviada pelo chefe municipal de polícia do núcleo integralista de da cidade de Três Corações para o chefe do Departamento Provincial de Polícia, em Belo Horizonte, em resposta a circular número 2. Três Corações, 15 de fevereiro de 1936. APM/Fundo Dops/Rolo 075 - Pasta 5024, imagens 1827 e 1828.

13. *Idem*.

14. Carta do Presidente do Diretório Municipal do PRP de Belo Horizonte Anibal de Castro Gilberto ao delegado de Ordem Pública, Doutor José

Henrique Soares. Belo Horizonte, 22 de junho de 1954. APM/Fundo Dops/Rolo 080 - Pasta 5163, imagem 2294.

15. APM/Fundo Dops/Rolo 068 - Pasta 4704, imagem 1900.

16. *Idem*.

Referências

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

BERTONHA, João Fábio. A Máquina Simbólica do Integralismo: controle e propaganda política no Brasil dos anos 30. *História & Perspectivas*. Uberlândia, v. 7, 1992, p. 87-110.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro - pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e Política Regional*. São Paulo: Annablume, 1999.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GROSSI, Ionne de Souza; FARIA, Maria Auxiliadora. Em Belo Horizonte operários vestem camisas verdes? *Revista 100 Anos de República*, Belo Horizonte, Dep. de História/ Dep. de Ciência Política/ Fafich/ UFMG, v. 3, 1990, p. 151-170.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá *et al.* República, política e direito à informação: os arquivos do DOPS/MG. *Varia História*. Belo Horizonte, UFMG / Dep. de História, v. 29, p. 126-153, 2003.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

_____. Integralismo: teoria e prática política nos anos 30. In: *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano, Sociedade e Política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981. v. 3.

Emerson Nogueira Santana é bacharel em Comunicação Social pela PUC-MG, licenciado e mestrando em História pela UFMG. Atualmente ocupa o cargo de diretor de Arquivos Permanentes do Arquivo Público Mineiro, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais.

